

Plano de Recuperação e Resiliência

Deliberação do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

O Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, reunido no dia 25 de fevereiro de 2021, e na sequência da apreciação dos investimentos que têm e/ou poderão ter impacto direto e/ou indireto na região do Médio Tejo no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), deliberou apresentar os seguintes contributos no âmbito do processo de consulta pública do Plano:

- o modelo de governação e implementação prevê que "(...) será contratualizada com agências ou organismos públicos, que serão eles próprios os executores (responsáveis pela implementação e execução física e financeira de um investimento inscrito no PRR e que lhe permite beneficiar de financiamento), **ou intermediários (globalmente responsáveis pela implementação física e financeira de um investimento inscrito no PRR, mas cuja execução é assegurada por entidades terceiras por si selecionadas)**. Face ao exposto, e no sentido de **garantir e potenciar a efetiva territorialização do PRR**, as Comunidades Intermunicipais devem ser expressamente, indicadas, como intermediárias no modelo de governação e de implementação, promovendo-se um processo de contratualização com as mesmas.

Para a referida contratualização, destacam-se as seguintes componentes ou investimentos:

a) no que diz respeito à Gestão Hídrica, a mesma não se esgota na escassez hídrica no sentido de assegurar a resiliência dos territórios do Algarve, Alentejo e Madeira, pelo que se considera relevante a inclusão no PRR investimentos no âmbito da despoluição dos rios afluentes da bacia do Rio Tejo, nomeadamente no Rio Alviela, Almonda e Nabão.

b) quanto à componente da **Eficiência Energética em edifícios da Administração Pública Central, a mesma deverá ser alargada a toda a Administração Pública**, lembrando que no âmbito do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM Médio Tejo, foi contratualizada a prioridade de investimento referente à eficiência energética em edifícios e iluminação pública dada a pertinência destes investimentos na concretização da "renovação energética do parque nacional de edifícios existentes e a descarbonização dos consumos de energia, nomeadamente através do reforço da eletrificação." No entanto, é de realçar que no âmbito desta prioridade de investimento dentro dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das CIM's tem existido uma grande divergência entre o contratualizado e o executado, uma vez que existe um total insucesso e falta de coordenação entre as entidades envolvidas no processo de análise de candidaturas, nomeadamente no que diz respeito ao papel desenvolvido pela Direção Geral de Energia e Geologia.

c) **deverá ser considerada a promoção de respostas sociais**, nomeadamente, no que concerne ao aumento da **capacidade de resposta em creche**, fundamentalmente nos territórios que ainda têm níveis de cobertura mais baixos, deverá ser salvaguardado a elegibilidade dos municípios na promoção destes investimentos, dado que em muitos territórios, nomeadamente de baixa densidade, o terceiro setor não dispõe de resposta social (muitas vezes por falta de capacidade) neste âmbito e a mesma é fundamental enquanto fator de atratividade desses mesmos territórios. Por outro lado, considera-se igualmente essencial a parceria com os Municípios e IPSS também ao nível da promoção de respostas sociais inovadoras; acresce ainda que ao nível das respostas sociais, as mesmas têm de promover investimentos não apenas na criação e/ou alargamento do ERPI, prementes para os nossos Territórios, mas também na promoção de ações de envelhecimento ativo e na consciência clara que a resposta social para uma parte da população passa pela criação de estruturas residenciais devidamente adaptadas para a prossecução da sua saúde mental.

d) a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e os seus 13 municípios, demonstram total disponibilidade, caso a Administração Central assim o entenda, de se constituírem como plenos executores de investimentos públicos que são da sua responsabilidade, como seja na **vertente florestal e na vertente escola digital**.

e) ao nível da promoção e investimento realça-se o alargamento e a consolidação da **rede de suporte científico e tecnológico e orientação para o tecido produtivo**, relevando-se a importância desta ação, no sentido de reforçar e capacitar o sistema existente na Região (IPT – Instituto Politécnico de Tomar e Tagusvalley) e promover a transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial.

f) Por outro lado, ao nível das infraestruturas e da mobilidade sustentável tem existido investimento público estruturante, para a nossa região, que tem sido sucessivamente adiado e por executar em diversos planos estratégicos, nomeadamente:

- o **PETI 3+**, foram **aprovados para o período 2014/2020, projetos prioritários**, para a região do Médio Tejo, **os quais ainda não foram realizados**:
 - **Abertura da ponte de Constância / Praia do Ribatejo a pesados (por iniciar) com reforço dos atuais pilares, construção de um novo tabuleiro para que a ponte fique com duas faixas de rodagem permitindo a circulação nos dois sentidos ao mesmo tempo, bem como a melhoria dos acessos à ponte quer na margem norte, quer na margem sul**
 - **Nó do IP1/A1 com IC9 (por iniciar)**
 - **Variante dos Riachos (projeto em curso).**

- existem investimentos públicos críticos a nível nacional que não fazem parte integrante do PRR, sendo exemplo a **Conclusão da IC3/A13** entre o nó de Almeirim e Vila Nova da Barquinha/Entroncamento incluindo a nova travessia do Tejo.

- no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e os seus 13 municípios, demonstram total disponibilidade, caso a Administração Central assim o entenda, de se constituírem como plenos executores de investimentos públicos que são da sua responsabilidade, como seja, **a nova Travessia sobre o Rio Tejo (IC9. A23-Ponte de Sôr e IC13. Ponte de Sôr-Alter do Chão-Portalegre, incluindo nova Ponte sobre o Rio Tejo entre Constância e Abrantes), a abertura da Ponte de Constância/ Praia de Ribatejo, conforme consta no PETI+, e a Requalificação da Estrada Nacional /Regional nº 238 - Troço Cernache do Bonjardim – Ferreira do Zêzere | Ligação IC8 – A13 - IC9.**

- é premente a definição clara e imediata, por parte da Administração Central, do futuro a seguir quanto ao **Aeródromo de Tancos**, no que diz respeito à valorização desta infraestrutura aeronáutica.

- a região do Médio Tejo **tem ao longo de sucessivas tomadas de decisão, apresentado/alertado para outro conjunto de investimentos que não têm tido acolhimento/reconhecimento** como projetos estruturantes prioritários para esta região, nomeadamente:

- a) Estação Central do Entroncamento – Requalificação para a Segurança e Funcionalidade Ferroviária.
- b) Variante à EN 118.
- c) Programa de supressão, na linha da beira baixa, dos atravessamentos das linhas de caminho de ferro, pelos riscos que implicam quer para a segurança das pessoas, quer para a segurança da circulação ferroviária.
- d) Porta Norte- Eixo Empresarial e logístico: a “Porta do Médio Tejo” e Variante à EN361.
- e) Conclusão do IC9/ Ligação Alto Alentejo.
- f) Possibilidade de ligação da Linha do Norte à linha do Oeste, servindo Fátima.

Tomar, 25 de fevereiro de 2021

O Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo